

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018



VEREADOR

**IVAN
MORAES**



CONVERSANDO E NOS POSICIONANDO PELO RECIFE

Um mandato que começa é um papel em branco esperando que a escritora teça sua história. É um fio esperando tecer o tecido. É um tecido que aguarda a linha desenhando um bordado.

Há dois anos o nosso mandato propôs para a cidade do Recife a construção de um grande tapete, bordado a muitas mãos. Um tecido que fortalece a sociedade organizada e não organizada, que prima pela horizontalidade, paridade de gênero, transparência e participação popular. Um jeito de fazer política a muitas mãos, tecendo novas narrativas e ampliando a voz da sociedade.

Chegamos de mãos dadas à Câmara e assim seguimos na construção do mandato. A Câmara Municipal do Recife tem 39 representantes. O nosso gabinete é o de número 34.

Numa Casa Legislativa conservadora e governista, buscamos receber nossas parceiras com as portas e os corações abertos. A gente faz junto. As audiências públicas, as reuniões, os títulos de cidadão e cidadã. Conversamos com todas as pessoas que nos procuram e colocamos na mesa nossas possibilidades.

Política e participação combinam muito bem. Com esta certeza, chegamos à metade do primeiro mandato do PSOL na Câmara Municipal do Recife.

Nos nossos dois primeiros anos de mandato, conversamos, ouvimos e nos multiplicamos pelo Recife. Foram audiências públicas, reuniões, oficinas, sessões solenes, e uma série de conversas sobre assuntos diversos. É o contato, a troca com os moradores e as moradoras desta Cidade que nos faz crescer e ficar mais críticos e mais críticas.

Porque são muitos olhos, cabeças e sentimentos em torno de uma questão inegociável: a promoção dos direitos humanos, a garantia das liberdades e do cumprimento das políticas públicas para quem mora na Cidade.

A gente quer continuar ouvindo as pessoas e abrindo as portas da Casa de José Mariano para quem deseja construir uma forma transparente de fazer política.

Germana Accioly, Chefa de Gabinete.



PRA COMEÇO DE CONVERSA...

O mandato da gente é cheio de princípios orientadores. Sem eles não podemos e nem sabemos trabalhar.

A horizontalidade nos permite acessar diversas perspectivas e faz com que todo o processo de tomada de decisões do mandato ocorra de forma mais plural e diversa.

Na prática, isso funciona à base de muito, muito diálogo. A gente conversa muito entre nós. Na própria Equipa, em espaços de construção política interna, seja nas frequentes reuniões gerais ou mesmo na Setorial de Mulheres e no Coletivo de Negritude, que pautam de forma autônoma as lutas desses segmentos; com o nosso Conselho Político, formado por representantes de entidades da sociedade civil, do PSOL e militantes de direitos humanos da nossa cidade; e com a população e as organizações que chegam junto da gente para participar da política.

Dialogar é verbo de ação. Demanda tempo, trabalho, disponibilidade e transparência de todas as partes. São muitas as formas que utilizamos para deixar o mandato mais acessível, em todos os sentidos. Prestamos contas de tudo o que fazemos nas redes sociais, nas ruas e na Câmara Municipal. Com igual responsabilidade, compartilhamos o que fazemos, o que conquistamos e pelo que lutamos, nos ônibus, em “ao Vivos” no Facebook e nas falas na Tribuna. Em todas

as nossas comunicações, assumimos o compromisso de utilizar linguagem simples e acessível. Tradução em Libras e uso de imagens descritas, por exemplo, são obrigações da nossa prática cotidiana.

Atuar com transparência absoluta não nos vulnerabiliza. Pelo contrário, nos protege. Todo mundo que chega junto, para contribuir, solicitar algo, ou mesmo para apresentar uma crítica ou sugestão, já sabe perfeitamente de que lado estamos, que somos do campo da esquerda, socialistas e quais condutas defendemos. Quanto mais gente sabendo como atuamos e o que fazemos, mais retornos temos sobre o nosso trabalho. E a gente quer, cada vez mais, que mais gente chegue junto!

Fazer política sem vergonha de defender o que acreditamos, sem pudor de lutar por um estado laico, garantidor de direitos, transparente, radicalmente democrático e comprometido em acabar com injustiças sociais, preconceitos e violências de toda natureza, faz parte do nosso cotidiano.

Promover e defender os Direitos Humanos e as pessoas que lutam por eles, bem como ampliar suas vozes, são nossas bandeiras de frente. É assim que vamos aprendendo e qualificando nossa ação.

ONDE A POLÍTICA DO DIA-A-DIA ACONTECE

A gente quer que mais gente participe da política. Para isso, manter sempre abertas as portas do nosso gabinete na Câmara Municipal do Recife não é suficiente! A rotina das pessoas é corrida. Os seus territórios em que vivem são verdadeiros espaços de luta e resistência que precisam ser valorizados. Nosso mandato não pertence apenas a um bairro ou uma região, mas percorre, escuta e recebe demandas de toda a cidade.

Em dois anos a gente circulou um bocado pelo Recife. As comunidades de Passarinho e do Bode foram as primeiras a nos receber. Em Passarinho as questões relacionadas à “Cidade Segura Para Mulheres”, saúde e educação foram as primeiras apresentadas pela comunidade ao nosso mandato. No Bode, problemas de infraestrutura, de microdrenagem e, especialmente, da violência policial na comunidade foram os pontos de pauta iniciais. Na Comunidade do Pilar, de Caranguejo Tabaiães, Entra Apulso, Pocotó, Santo Amaro, nas ocupações Marielle Franco, Carolina de Jesus, Aliança com Cristo e Sítio dos Pescadores, apoiamos a luta por moradia e contra as ameaças de remoções pela Prefeitura.

Na Ilha de Deus, Pina e Brasília Teimosa, o diálogo foi sobre a qualidade de vida, das águas e das marés, das condições de trabalho de quem vive e tira seu sustento dos recursos hídricos da cidade. No Ibura, chegamos a partir das demandas de qualificar os espaços de lazer e cultura da comunidade. Em Jardim São Paulo, o atraso das obras do Canal Guarulhos fez com que um grupo organizado cobrasse nosso esforço. Na Várzea, a estruturação e qualificação da Escola de Artes João Pernambuco nos levou mais vezes para o bairro. Na Iputinga, o que primeiro nos chamou foi o estado de degradação da creche Sementinha Skylab; nas Graças, o acompanhamento do projeto Parque Capibaribe e no Alto Deodato, as barreiras e as ausências de investimentos nas obras de drenagem e contenção das áreas de risco. Debater a questão da cultura e da literatura na periferia foi o que levou a gente ao Alto José do Pinho e ao Totó; a luta feminista e a formação política popular, à Nova Descoberta e, a comunicação comunitária e popular, ao Alto do Pascoal.

A gente tem consciência das limitações do alcance de um mandato legislativo municipal, e sabemos que os direitos, bem como suas violações, acontecem nos territórios. Por isso, tentamos ao máximo ampliar nossa atuação junto aos territórios e às vidas das pessoas.

NÃO ANDAMOS SÓS

Em dois anos de mandato, a gente assumiu como desafio democratizar a política, convidando as pessoas para que participem, de forma mais próxima, também do poder legislativo. A Casa do Povo precisa ser mais acessível; e seus representantes e suas representantes, mais disponíveis para chegar às pessoas.

É assim que pensamos e temos buscado agir, indo ao encontro da população em seus territórios e fazendo questão de, sempre que possível, lotar a Câmara Municipal do Recife com pessoas, lutas, crenças e diversidade.

Queremos que, cada vez mais, as pessoas se familiarizem com o Poder Legislativo, a Casa do Povo, conheçam a forma como funciona, seus rituais e meios de promover o acesso a direitos.

Essa é uma postura política. Escolhemos oportunizar às pessoas em situação de maior vulnerabilidade a aproximação e a apropriação de mecanismos da política institucional para ampliar suas lutas por direitos.

Essas pessoas são majoritariamente negras, LGBTQs, mulheres, pessoas com deficiência, as sem teto e aquelas que vivem

em situação de rua, as que sofrem com alagamentos, as que vivem sob ameaça de desabamento ou despejo, as que vivem com doenças crônicas e são desassistidas pelo serviço de saúde e as mais vitimizadas pela violência e o preconceito.

É também preciso estreitar o diálogo com quem já faz parte da história de luta por direitos na cidade e que não reconhecia no poder legislativo uma representação aberta para dialogar e construir alternativas políticas, como é o caso das organizações da sociedade civil que lutam por direitos, movimentos sociais e diversos setores da academia.

Se tem um legado que a gente deseja para este mandato é que mais pessoas se reconheçam como parte importante da democracia. Que se interessem e participem mais ativamente da política. Se os interesses forem coletivos e as reivindicações consensuadas e apresentadas de forma coletiva, ainda melhor.

O mandato da gente foi eleito com a proposta de ampliar vozes. Para isso, cuidamos para que nossa atuação conte com a constante participação de todo mundo - inclusive a sua.

A GENTE SE OPÕE, PROPÕE E SE DISPÕE.

Nosso mandato faz oposição ao governo do PSB e às políticas prioritárias escolhidas pela gestão do prefeito Geraldo Julio. Não fazemos oposição à Cidade e às coisas que melhoram a vida da população.

Por que a gente insistir tanto nessa ideia? Porque a atual gestão é muito eficiente em fazer propaganda de si mesma. E isso fica explícito quando a gente acompanha a execução orçamentária da Comunicação Institucional, por exemplo.

A gente não acha que investir em robótica seja ruim. Mas a gente acredita que dar conta do déficit de 63 mil vagas em creches seja mais prioritário. A gente AMA o carnaval, mas nem por isso acha justo que se gaste dezenas de milhões em uma atividade que, oficialmente, dura menos de uma semana, e não se invista nem 1% desse valor para manter e qualificar os equipamentos culturais que estão sob responsabilidade municipal.

Exemplos como estes são muitos. E a gente busca fazer críticas à escolha de prioridades, acompanhada de sugestões, para que a Prefeitura tenha opções reais de repensar suas prioridades e rever suas ações.

Invariavelmente, todas as alternativas que apresentamos passa por um princípio fundamental do nosso mandato: o diálogo.

É fundamental que todos os poderes aperfeiçoem e qualifiquem os processos de escuta da sociedade, bem como fortaleçam os espaços em que a democracia direta é realizada.

A incidência do mandato no Processo de Revisão do Plano Diretor tem sido um exemplo bem emblemático, em que conciliamos, com igual intensidade, a apresentação de críticas e sugestões de soluções viáveis. Durante todo processo, a gente não apenas tem apontado soluções para que a prefeitura possa, caso tenha vontade política, realizar um amplo processo de escuta da sociedade, como também disponibilizado parte da equipa para contribuir.

Hoje somos ponte e megafone. Amanhã seremos coro novamente, e queremos nos encontrar em mais lutas e, principalmente, abrir ainda mais as portas do poder para a entrada da população.

PRA IR MAIS A FUNDO

Estamos no meio do caminho do mandato. Dois anos já se foram e temos dois ainda por vir. Não somos mais novatas, nem novatos, mas também não somos experts. E tudo bem.

A gente olha para trás e vê o quanto a gente já aprendeu com essa experiência e com o constante contato com as pessoas, nas ruas, nas redes e na Câmara.

Quando nosso mandato começou, nossa atuação tinha a proposta de ser um grande guarda-chuva de demandas da sociedade civil e de movimentos sociais. E assim foi. Há uma carência histórica na cidade de um maior número de mandatos que estejam mais próximos às pessoas e suas organizações, abertos para dialogar e receber suas demandas. Logo percebemos que não faltaria trabalho para nossa equipa.

A gente se organizou em 5 grandes times, Articulação, Fiscalização, Legislativo, Gestão e Comunicação. Esse desenho inicial permitia que todas as pautas que chegassem ao mandato, pudessem ser encaminhadas e acompanhadas.

Antes mesmo de completarmos um ano, numa avaliação de percurso sobre nossa atuação, verificamos os desafios se multiplicando junto com as muitas frentes, sobretudo num contexto de poucos mandatos de oposição. Dar continuidade à ampliação de linhas de incidência nos tiraria, cada vez mais, a capacidade de nos aprofun-

dar, dar resolutividade e devido acompanhamento a todas as demandas.

Dessa avaliação, precisamos tomar a difícil decisão de escolher eixos prioritários de atuação, sob expectativa de conseguir concentrar esforços e acompanhar, mais qualificadamente, todas as iniciativas abraçadas pelo mandato.

Chegamos a 10 eixos, com definição de 16 enfoques prioritários. Foram eles: Comunicação (Orçamento da Publicidade e Rádio Frei Caneca), Cultura (Reforma do Teatro do Parque), Cidade (Revisão do Plano Diretor), Saúde (Atenção em saúde mental para usuários e usuárias de drogas), Educação (Projeto político-pedagógico da Rede Municipal de Ensino e universalização do acesso), Direito da População Negra (Racismo Institucional e genocídio da juventude negra), Direito das Mulheres (Mortalidade materna, violência obstétrica e aborto), Pessoas com Deficiência (Acessibilidade Universal), Direito da População LGBTTT (Visibilidade e fiscalização de políticas públicas para população LGBTTT) e Orçamento Municipal (Formação de grupos, planejamento e execução orçamentária).

Cada eixo foi escolhido à base de muito diálogo, e o resultado dessa nova organização, a gente apresenta neste relatório de atividades de 2018.

2018: O ANO QUE ACABOU. CONTUDO...

Quem foi que conseguiu respirar em 2018?

A gente passou por muita coisa ruim. Uma atrás da outra. Vertiginosamente.

No primeiro semestre, o assassinato da nossa companheira de partido e querida amiga, Marielle Franco e de seu motorista Anderson; a prisão de Lula, sem provas contundentes e a crise do Diesel, que desencadeou a greve dos caminhoneiros, e que levou o país ao pânico do desabastecimento, deram o tom do que a gente deveria esperar no ano.

Isso tudo, acompanhado de um exército de robôs brutalmente armados com notícias falsas e boatos, absolutamente desprovidos de escrúpulos e de responsabilidade pelo caos e ódio que disseminaram e alimentaram pelas redes sociais e whatsapp.

E aí vieram as eleições. Nesse clima tenso e nessa pegada desleal de onde a gente vinha, o processo não poderia ser diferente. Muito discurso de ódio circulando livremente, preconceitos, machismos, lgbtfobia, misoginia, racismo sendo aplaudidos em praça pública, violência política ferindo e tirando a vida de pessoas. Um desastre. Um desastre que culminou na eleição de um presidente que personifica toda essa violência, intolerância e desrespeito à diversidade, à democracia e à vida.

Em nossa experiência local, a Prefeitura do Recife também não nos deu trégua. O ano foi marcado por uma política habitacional bastante violenta, com remoções, desapropriações e a mais absoluta falta de diálogo

com a população. Pessoas em vulnerabilidade social ficaram ainda mais desassistidas.

O processo de Revisão do Plano Diretor da cidade tem sido emblemático e ilustra com precisão a forma como a atual gestão não se preocupa em garantir espaços de participação popular na política da cidade e tampouco respeita as contribuições que a sociedade tem a dar para o ordenamento urbanístico do Recife.

A execução do orçamento municipal é outro indicador que agrava a percepção de que o poder executivo não vem dando conta de diminuir as injustiças sociais. Política pública se faz com orçamento. Não adianta dizer que uma ação é prioritária se não tiver orçamento planejado e sua consequente execução. O que a gente percebeu foi uma concentração deliberada de investimentos em poucas políticas, que beneficiam poucas e poucos em detrimento de muitas pessoas. Com a falta de acesso universal e baixa qualidade da infraestrutura da Rede Municipal de ensino, por exemplo, nada justifica que o investimento em robótica tenha sido nove vezes maior do que o feito para construção de novas unidades educacionais.

A gente não ficou de braços cruzados.

A gente tava, o tempo todo, de braços dados com quem estava na luta por direitos e na defesa da democracia, nas ruas, nas redes e na Câmara Municipal do Recife.

O QUE FIZEMOS EM 2018

Na Câmara Municipal do Recife, realizamos 11 audiências públicas (26 em dois anos, numa média de mais de uma audiência pública por mês). O tema mais trabalhado em 2018 foi Direito à Cidade, mas fortalecemos também as lutas relacionadas a: Acessibilidade, Educação, Cultura, Orçamento Público, Publicidade, Direitos das Mulheres e da População Negra. Realizamos 09 Reuniões Públicas (duas delas externas), sobre Comunicação Comunitária; Direito à Cidade, Direito à Saúde, Segurança Cidadã, Diversidade e Leis Orçamentárias Municipais. (Desde 2017, realizamos 17 reuniões públicas).

Utilizamos o recurso das sessões solenes, para exaltar entidades da sociedade civil e lutas importantes na promoção e defesa de direitos na cidade. Em 2018 a gente promoveu 06 solenidades sobre Liberdade Religiosa, Combate ao Extermínio da Juventude Negra, Acessibilidade, População que convive com HIV, Direito à Cidade. (Ao final dos dois anos realizamos 16 sessões solenes - 10 em 2017 e 06 em 2018).

Nas ruas, participamos e fortalecemos atos puxados pela sociedade, como Mobilizações contra o Aumento das Passagens no Recife; Acorrentados do Teatro do Parque; Recife contra a Reforma da Previdência; Marcha das Mulheres do #8M, Ato da Comunidade de Passarinho pela abertura da escola na comunidade; Marcha da Maconha; Caminhada dos Povos de Terreiro, Atos por Marielle e Anderson;



Ato contra a Prisão do ex-presidente Lula; apoiamos as companheiras do Espaço Mulher Passarinho no processo de eleições para o Conselho de Moradores da Comunidade; Mobilizações do SIM-PERE por melhores condições de salário e de trabalho; Aurora da Resistência; Passeata do Dia Nacional de Luta Antimanicomial; Ato Candle Light (Luz de Velas) em homenagem às pessoas que vivem com AIDS, do GTP+; Ato pelo fim do genocídio do Povo Palestino, organizado pela Aliança Palestina Recife; Ato da Crise do Diesel e Greve dos Caminhoneiros; Caravana do Semi-árido contra a fome no Agreste Pernambucano; do ato do #ELENÃO; e de todos atos da Articulação Recife de Luta, durante o processo de revisão do Plano Diretor.

Celebramos os 10 anos da AMOTRANS; 01 ano da Ocupação Carolina de Jesus; 02 anos do Brasil de Fato de Pernambuco; 25 anos do Centro Sabiá; 43 anos do Grupo Mulher Maravilha; 25 anos da Gestos; o nascimento da Ocupação Marielle Franco, na Praça do Diário; o 7º Jogos Indígenas do Povo Pankararu; o Kipupa Malunguinho na Mata do Catucá; confraternizamos no Bingo na Praça do Cristo, em Jardim São Paulo. No Festival Pão e Tinta na comunidade do Bode; e no Ibura mais Cultura.

Também fizemos intercâmbios de saberes com outras experiências e mandatos no Brasil e fora. Participamos do Fórum Social Mundial em Salvador; do Ocupa Política em São Paulo; visitamos o mandato do deputado estadual Renato Roseno (PSOL-CE); recebemos em nosso gabinete a então vereadora de Niterói e agora depu-

tada federal, Talíria Petrone (PSOL-RJ); e participamos do Encontro Semeando Lutas e Colhendo Autonomia, do Grupo Mulher Maravilha e Mulheres do Bemvirá, em Afogados da Ingazeira.

Nas redes, conversamos com as pessoas; produzimos materiais pedagógicos sobre a política institucional legislativa municipal; demos visibilidade às fiscalizações e promovemos leituras políticas sobre as execuções orçamentárias e como elas interferem na vida cotidiana de todas e todos nós; compartilhamos os conteúdos, discussões e encaminhamentos de todas as audiências e reuniões públicas, para que a população pudesse acompanhar e fiscalizar; abrimos mais um canal de conversa, o Bora, Queridagem!, no YouTube, onde conversamos sobre política de maneira mais informal e descontraída; ampliamos as vozes de grupos territoriais e grupos que se organizam por temas e direitos, repercutindo denúncias e reivindicações; exaltamos datas de luta; buscamos, ao máximo, dar transparência da política que fazemos e fomos o único mandato legislativo municipal que acompanhou, cobriu e buscou dar ampla visibilidade a todas as etapas do processo de revisão do Plano Diretor da cidade.

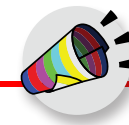
A gente tem a certeza de que quanto mais gente participa da política, melhor ela fica. Por isso, nossas portas estão sempre abertas e nossos corpos estão sempre à disposição para o encontro.

A seguir, um compilado das nossas atividades em 2018, divididas pelos eixos prioritários de atuação, conforme apresentado no “Pra ir mais a fundo”.

A man with dark curly hair, a beard, and glasses is singing into a silver microphone. He is wearing a light-colored, short-sleeved button-down shirt. The background is dark with out-of-focus city lights, creating a bokeh effect. A red banner is overlaid at the bottom left of the image.

1 DIREITO À COMUNICAÇÃO

1. Direito à Comunicação



O ano de 2018 foi marcado pela ampla circulação de notícias falsas e pela omissão das empresas de comunicação em garantir contrapontos narrativos às mentiras em ascensão. O resultado foi uma grande tensão política, muito evidenciada no período eleitoral.

Nesse contexto, com ainda mais afinco, o mandato da gente se colocou a defender a importância e urgência de se fortalecer a comunicação pública e iniciativas da comunicação popular, comunitária e independente, como forma de defender também a democracia.

- Aprovamos a Lei Municipal Nº 18.485/18, que institui o dia 3 de novembro como o “Dia Municipal da Comunicação Popular,” com projeto de lei elaborado com o Programa Fé e Cidadania; e apresentamos o Projeto de Lei de nº 182/2018 que institui a Política Municipal de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município do Recife, construído junto com a ONG Intervozes e o Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife - IP REC.

- Fiscalizamos o orçamento da comunicação da Prefeitura, com monitoramento dos gastos; pedidos de informação à Prefeitura; realização de 02 Audiências Públicas; e representação ao Ministério Público Estadual pelo não cumprimento da Lei 12.232/2010 (que obriga a publicização dos fornecedores de contratos de publicidade da gestão pública e todos os detalhes da execução).

- Fiscalizamos a acessibilidade comunicacional na publicidade da Prefeitura, com análise das peças; requerimento ao Prefeito para garantir acessibilidade nas campanhas; e denúncia de falta de acessibilidade na divulgação da Revisão do Plano Diretor.

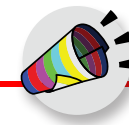
- Cobramos e fiscalizamos a estruturação da Rádio Frei Caneca, com monitoramento da aprovação de seu Plano Básico e de seus editais de programação; com a disponibilização de uma emenda parlamentar no valor de R\$ 200 mil para a equipagem do estúdio.

- Apresentamos uma emenda à Lei Orçamentária Anual - LOA 2019, destinando recursos para a premiação de agentes da comunicação popular para ocupar a programação da Rádio Frei Caneca (aprovada);

- Fortalecemos iniciativas e articulações de comunicadores(as) alternativos(as), com oficinas sobre orçamento público; e suporte à elaboração de projetos para o edital da Rádio Frei Caneca.



1. Direito à Comunicação



- Valorizamos, com Votos de Aplauso, pessoas, iniciativas e veículos da comunicação, como Marco Zero Conteúdo, Coletivo Terral de Comunicação Popular, Brasil de Fato Pernambuco, programa Fora da Curva, programa Zona Multicor e a jornalista Monyse Ravenna pelo recebimento do 13º Troféu Mulher Imprensa.



- Produzimos e publicizamos conteúdos sobre direito à comunicação, com edições do programa Bora, Queridagem! sobre combate às fakenews, transparência dos dados da Gestão Pública, criminalização do MTST e regras eleitorais; realização de Reunião Pública sobre criminalização dos movimentos sociais e a reforma da mídia; e uso da Tribuna para denunciar fake news e a ação de busca e apreensão de milhares de exemplares do jornal Brasil de Fato durante as eleições presidenciais.

2 DIREITO À CULTURA



2. Direito à Cultura



Dezenas de milhões de reais são gastos todos os anos pela Prefeitura do Recife apenas com o carnaval. A concentração dos recursos em uma só festividade tem seus impactos em todo o desenvolvimento da política pública de cultura do Recife. Isso impacta em equipamentos culturais sucateados; vulnerabilização das manifestações culturais populares, folclóricas e tradicionais da nossa cidade; falta de incentivo à formação, produção e circulação das diferentes linguagens artísticas.

Fizemos questão, durante todo o ano, de negritar os impactos dessa distribuição injusta do orçamento da cultura e exaltar as manifestações e a organização de artistas e grupos que insistem em resistir e levar sua arte adiante.

- Protocolamos projeto de lei que institui no Calendário Oficial de Eventos do Município do Recife o dia 24 de agosto (aniversário do Teatro do Parque) como o “Dia Municipal do Teatro.”
- Fiscalizamos os gastos com Cultura e o contrato de gestão do Paço do Frevo; visibilizamos os altos gastos com festividades e a falta de recursos para fomento e dinamização de equipamentos culturais.
- Realizamos oficinas para disponibilizar informações e elaborar emendas ao Orçamento Municipal de 2019, junto com segmentos de Dança;
- Apresentamos uma emenda à Lei Orçamentária Anual - LOA 2019, destinando recursos para a instalação de cabine de audiodescrição no Teatro do Parque;
- Fiscalizamos a reforma do Teatro do Parque, com pedidos de informação à Prefeitura, apoiando a oficialização e o funcionamento da Comissão de

Fiscalização, cobrando adequação da placa de obra, analisando os projetos e licitações, realizando visitas à obra.

- Publicizamos a reforma do Teatro do Parque, com vídeos sobre as vistorias às obras, publicações sobre os projetos e as licitações e prestando contas na Tribuna.
- Fortalecemos iniciativas culturais como Virada do Parque, Grupo Guerrilha Cultural, Coco do Coque, Poesis Sonorus, Kipupa Malunguinho, Virada Cultural da Várzea, Ibura Mais Cultura, Carnaval do Carolina de Jesus; Dia das crianças Xambá, Sonora Festival Internacional de Compositoras do Recife, Encontro Cores Femininas e debate sobre profissionalização nas artes Cênicas (ADPF 293).
- Valorizamos pessoas da cultura, como nas publicações em homenagem ao teatrólogo Antônio Cadengue e no Voto de Aplauso a Onildo Almeida, autor da letra da música “Feira de Caruaru.”



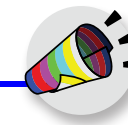
3 DIREITO À CIDADE

LUTAR,
CRIAR,
PODER
POPULAR

A
CIDADE
É DO
COQUE
RESISTE! OVO

SANTO
AMARO
RESISTE!

3. Direito à Cidade



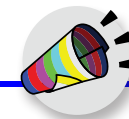
Nossa atuação na defesa e promoção do Direito à Cidade demonstrou, com ainda mais intensidade e elementos, uma grande inaptidão da Prefeitura em dialogar com a população, especialmente em questões como direito à moradia e ordenamento territorial. Injustiça fiscal, déficit habitacional, ameaças de remoções e despejos marcaram a atuação da gestão municipal em 2018 e foram sistematicamente denunciadas pelo mandato da gente.

De 10 em 10 anos, de acordo com o Estatuto das Cidades, o Plano Diretor do município precisa ser revisado. Em 2018, seria a vez do Recife. Ao tentar correr atrás do tempo perdido, a Prefeitura comprometeu a ampla participação popular, necessária para esse rito, com metodologias pouco acessíveis e um calendário frenético, num prazo agoniado demais para revisão de uma legislação de tamanha importância.



- Estamos fiscalizando o processo de revisão do Plano Diretor, com participação em todas as atividades públicas e em reuniões do Conselho da Cidade; com falas públicas e na Tribuna cobrando melhores condições de participação popular; análise das plataformas digitais de conteúdo; realização de Audiência Pública; e publicização de textos e vídeos, através das editoriais “#MaisParticipaçãoÉPossível” e “10 Anos em 4 meses? Nem se discute!”
- Fortalecemos a participação de grupos na Revisão do Plano Diretor, com realização de oficinas com pescadores e pescadoras do Pina; moradoras e moradores de Três Carneiros Alto; integrantes do Espaço Mulher Passarinho; e pessoas com deficiência, dos segmentos de pessoas surdas e cegas.
- Fiscalizamos situações de violação do direito à moradia e ameaça de despejo (comunidades do Bode, Pilar, Caranguejo Tabaiars, Nova Caçote, Pocotó, Vila Esperança, Ocupações Carolina de Jesus, Marielle Franco, Comunidade dos Pescadores e Aliança com Cristo) e de falta de infraestrutura urbana (Comunidades do Bode, Passarinho, Três Carneiros Alto, Brasília Teimosa, Ilha de Deus, Alto do Deodato, Canal Guarulhos-Jardim São Paulo), com acolhimento de denúncias da população; realização de vistorias (blitzes) in loco; requerimentos de obras ao Prefeito; 06 Audiências Públicas para buscar encaminhamentos; e visibilização das denúncias e proposições através da publicação de textos e vídeos.
- Apresentamos duas emendas à Lei Orçamentária Anual - LOA 2019, destinando recursos para “Implementação de projetos habitacionais” e outra para “Urbanização de ZEIS”, ambas rejeitadas pela comissão de finanças.

3. Direito à Cidade



- Fiscalizamos a estruturação e o financiamento do PREZEIS, com participação em reuniões do Fórum; monitoramento dos gastos do Fundo do PREZEIS; oficina de orçamento com a Coordenação; Audiência Pública sobre reestruturação; e visibilização das ameaças ao Plano, com textos e vídeos.
- Fiscalizamos e defendemos o transporte público gratuito e de qualidade, com posicionamentos em Tribuna contra o aumento das passagens; realização de pesquisa de satisfação, defesa e conquista da permanência da Faixa Azul no Bairro do Pina; e publicização da Campanha do Dia Mundial sem Carro.
- Fortalecemos iniciativas de ONGs, Instituições e movimentos de luta pelo Direito à Cidade, como a Articulação Recife de Luta em sua atuação na revisão do Plano Diretor; o Projeto Mobicidades, junto ao Meu Recife,

AMECICLO, INCITI, CPDH, pelo financiamento da mobilidade; o segmento popular do Fórum do PREZEIS, na defesa das comunidades de baixa renda; o Movimento dos Trabalhadores(as) sem Teto (MTST), na luta por habitação de interesse social; os grupos de moradores(as) e organizações comunitárias mobilizados por melhores condições de habitabilidade; a ONG Habitat para a Humanidade, na luta por justiça tributária e moradia popular no Centro. Fizemos com aprovação de requerimentos, disponibilização de informações, debates, cine-clubes, vídeos e posicionamentos na Tribuna, realização de audiências públicas, publicação de textos e vídeos.

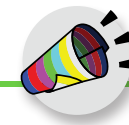
- Valorizamos pessoas, iniciativas e articulações em defesa do Direito à Cidade, como Voto de Aplauso para a Articulação Recife de Luta; concessão de Título de Cidadão do Recife ao Professor Luis de La Mora, pela defesa da participação popular e do PREZEIS.





4 DIREITO À SAÚDE

4. Direito à Saúde



A diminuição dos recursos do Estado com políticas sociais, muito defendida pelos movimentos da direita que ganharam muito espaço e voz em 2018, já tiveram reverberações perceptíveis na política de saúde municipal. O mandato da gente teve que estar muito atento às investidas proibicionistas, punitivistas e manicomialistas do governo federal, para estancar sua reverberação nas políticas municipais.

- Elaboramos parecer pela rejeição de cinco projetos de lei proibicionistas e punitivistas na Comissão de Direitos Humanos.
- Apresentamos uma emenda à Lei Orçamentária Anual - LOA 2019, destinando recursos para a manutenção do Serviço Integrado de Saúde - SIS.
- Fiscalizamos a situação das maternidades e da mortalidade materna no Recife, com realização de pesquisa sobre aplicação dos recursos da Rede Cegonha; e promoção de Audiência Pública.
- Fiscalizamos o atendimento à população com HIV/AIDS, com acompanhamento da reforma (ainda pendente) do Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA/HIV/AIDS; realização de Pedidos de Informação; visita in loco ao CTA; e visibilização e denúncia da situação na Tribuna e em vídeo Blitz.
- Fiscalizamos a política de álcool e drogas, com divulgação dos resultados do Relatório de Violação de Direitos Humanos nas Comunidades Terapêuticas; levantamento da situação dos CAPS/AD e dos(as) agentes redutores de danos; acompanhamento da eleição para o COMPAD (Conselho Municipal); e disponibilizamos um guia de redução de danos para o excessos previstos no carnaval.

• Fortalecemos iniciativas de ONGs, Instituições e Movimentos de luta pelo Direito à Saúde, como a oficina sobre Gerenciamento de Comportamento de Risco (ONG GTP+); a implantação do Ambulatório de Cannabis medicinal (SIS/UFPE), em parceria com a CANNAPE; os encontros de articulação de setores da sociedade envolvidos na luta antiproibicionista e antimanicomial, como CAPE, RENFA, COMPAD, CEPAD e CRP; e a realização da Marcha da Maconha 2018.

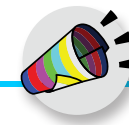
• Valorizamos pessoas, iniciativas e articulações em defesa do Direito à Saúde, com realização de Sessão Solene em homenagem aos 25 anos da ONG Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero pela direitos humanos das pessoas que vivem com HIV/Aids; concedendo Votos de Aplauso para Ubirajara Ramos pelo livro “Tá Todo Mundo Enganado”, para a psicóloga Priscila Gadelha, por ter assumido a presidência do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, e a medalha Fernando Figueira para a médica Gil Noblat, pelas atuações na pauta da descriminalização e pela luta antimanicomial.





5 DIREITO À EDUCAÇÃO

5. Direito à Educação



A combinação de circulação de notícias falsas associada à crescente onda conservadora reverberou também como grande sinal de alerta na condução das políticas sobre educação. Boatos e argumentos infundados geraram um grande alarde, que levou as discussões sobre grades pedagógicas a um nível de patrulhamento que fere a autonomia da prática docente.

Além da perspectiva mais ideológica que ameaça a educação, preocupou também a má distribuição de recursos para a educação, que preconizou algumas ações de excelência e pouca abrangência, em detrimento de ação de maior urgência e, em nosso entendimento, como a resolução do déficit de 63 mil vagas nas creches municipais.

- Reapresentamos o Projeto de Lei Ordinária que institui o “Espaço Infantil Noturno de atendimento à Primeira Infância”
- Monitoramos os Projetos de Lei em tramitação na Câmara Municipal que versam sobre “Escola sem Partido”, “Escola sem Ideologia de Gênero” e “Escola sem Educação Sexual”
- Elaboramos dois pareceres pela rejeição a projetos de lei na Comissão de Direitos Humanos, contra a obrigatoriedade de autorização de pais para estudantes da rede pública e privada frequentarem as aulas de Educação Sexual; e contra a criação do Programa Educacional de Conscientização sobre as Drogas e a Violência no município do Recife.
- Emitimos parecer pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária que estabelece medidas e procedimentos para os casos de violência contra

profissionais da educação ocorridos no âmbito das unidades de ensino da rede pública municipal e particular.

- Requeremos ao Prefeito a contratação de AADEE para a rede municipal, destacando a demanda da Escola Municipal do Pantanal.
- Apresentamos emendas à Lei Orçamentária Anual - LOA 2019, destinando recursos para Educação, para expandir e qualificar o atendimento a estudantes com deficiências específicas; construir creches e ampliar os serviços para o período noturno; e dotar de acessibilidade arquitetônica a Escola de Artes João Pernambuco, sendo aprovada apenas esta última.
- Fiscalizamos os gastos com a política de educação, a partir de estudos sobre a distribuição do orçamento entre os programas; visibilização dos altos gastos com o programa de tecnologia e robótica, em detrimento de investimentos para universalização do acesso, qualificação da estrutura e do ensino.
- Fiscalizamos as condições físicas e pedagógicas da Escola Municipal de Arte João Pernambuco, com viabilização da reforma da cobertura da Escola, através de emenda orçamentária do mandato; requerimentos para reforma do teatro da escola, melhorias na estrutura física e realização de concurso público para docentes; audiência pública externa na Escola, para buscar encaminhamentos para os problemas.
- Fiscalizamos o déficit de vagas em creches no Recife, com pedidos de informação sobre vagas disponíveis e regras de preenchimento; realização de Blitz na creche Novo Pina, em articulação com a Ocupação do Sítio dos Pescadores.

5. Direito à Educação



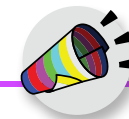
- Fortalecemos iniciativas de ONGs, Instituições e Movimentos de luta pelo Direito à Educação, como nas mobilizações do SIMPERE por melhores condições de salários e trabalho para profissionais da educação; nos trabalhos de base do Grupo Mulher Maravilha pelo direito à educação no habitacional Miguel Arraes, em Passarinho; no protesto realizado pelo mesmo Grupo denunciando a situação da creche e da Escola; nos debates e mobilizações da “Frente Escola sem Mordaca”, contra a limitação das abordagens sobre política, gênero e sexualidade nas escolas; e no debate sobre o projeto Escola Sem Partido, promovido pelo Conselho Escolar da Escola de Arte João Pernambuco.





6 DIREITOS DAS MULHERES

6. Direitos das Mulheres



O mandato da gente é paritário na questão de gênero, tem o feminismo como um de seus princípios e as mulheres se auto-organizam em um núcleo próprio e independente, o Setorial de Mulheres. Apoiadas nas percepções da interseccionalidade da prática política feminista, o coletivo atua em todas as áreas do mandato.

Este foi um ano marcado pela luta das mulheres e por uma internacionalização de agendas de lutas. Janeiro começou com a marcha mundial contra Trump, que também pautou muito a mobilização do 8 de março; ficamos em prantos e fomos à luta por Justiça pelo assassinato de Marielle Franco e Anderson; passamos por uma discussão importante, na Argentina e no Brasil, sobre a legalização do aborto e sobre direitos reprodutivos; observamos um levante feminista nas eleições, na resistência contra a crescente misoginia representada pelo presidente eleito e praticada por seus apoiadores, o movimento #EleNão; sem deixar de lado as lutas cotidianas como o combate e a prevenção ao feminicídio, e apoio às organizações e movimentos feministas.

- Aprovamos projeto de lei que prevê a instalação de fraldários acessíveis para homens e mulheres em centros comerciais.
- Emitimos dois pareceres pela aprovação de Projetos de Lei, na Comissão de Direitos Humanos: que Institui o Programa de Combate aos Crimes contra a Dignidade Sexual no Sistema de Transporte; e que Institui o Programa “Momento de Despertar”, que dispõe sobre conscientização e responsabilização dos autores de violência doméstica.
- Apresentamos cinco projetos de lei, inspirados em iniciativas da Vereadora Marielle Franco, sobre: atenção humanizada ao aborto; dia de valo-

rização da mulher negra; dia de valorização da mulher lésbica; coleta de dados e informações sobre casos de violência contra a mulher; e implantação de programa noturno de acolhimento à primeira infância.

- Apresentamos nove emendas à Lei Orçamentária Anual - LOA 2019, destinando recursos para políticas para Mulheres, para “produzir conhecimento sobre gênero, raça/etnia e relações de poder”; “manter o Centro Clarice Lispector de atenção às mulheres vítimas de violência”; “capacitar a guarda municipal sobre gênero e prevenção da violência contra a mulher”; “promover cidadania e garantia dos direitos das mulheres negras, lgbts, com deficiência e idosas”; “construir novas creches”; e “realizar capacitação sobre parto humanizado”. Todas foram rejeitadas pela comissão de finanças.



6. Direitos das Mulheres

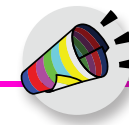


- Fiscalizamos a situação das maternidades e da mortalidade materna no Recife, com enfoque na violência obstétrica e no racismo institucional presente na rede de saúde.
- Fortalecemos iniciativas dos Movimentos de luta pelos Direitos das Mulheres, como o Ato Público do 08 de março; o ato “Pela Vida das Mulheres”, contra a criminalização do aborto; os “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”; os atos “#EleNão!” de repúdio às ofensas às mulheres ocorrida em evento em Boa Viagem. Participamos, produzimos vídeos e nos posicionamos na tribuna em relação às iniciativas.
- Visibilizamos e participamos de todas as mobilizações por justiça e em memória de Marielle Franco e Anderson, através de vídeo e na Tribuna. Valorizamos pessoas, iniciativas e articulações em defesa do Direito das Mulheres, com voto de aplauso para a atuação do Grupo Mulher Maravilha no empoderamento de mulheres, capacitação e formação política.
- Produzimos e publicizamos conteúdos sobre direito das Mulheres, com visibilização dos 12 anos da Lei Maria da Penha; veiculação de duas edições do programa Bora, Queridagem! sobre Direito das Mulheres e sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.



7 DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT

7. Direitos da População LGBTTT



As políticas municipais, bem como servidoras e servidores de todas as áreas, precisam passar por processos pedagógicos e de sensibilização para que possam promover um atendimento à população LGBTTT com respeito à diversidade e garantir seus direitos. Além disso, é preciso que os programas e serviços dedicados ao atendimento específico das demandas da população tenham dotação orçamentária e estrutura qualificada, com representatividade e ações elaboradas em diálogos com pessoas do segmento.

Trabalhar a visibilidade e valorização de suas existências e reivindicações, de forma a combater e prevenir as violências físicas e simbólicas sofridas pela população LGBTTT ainda precisou ser prioridade que orientou as ações do mandato em 2018.

- Apresentamos projeto de lei para instituir o dia 29 de agosto como “Dia Municipal da Visibilidade Lésbica”.
- Apresentamos duas emendas à Lei Orçamentária Anual - LOA 2019, destinando recursos para políticas para população LGBTTT, para “capacitação de profissionais de saúde sobre atendimento humanizado para a população negra e pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans”; para “Manter o Centro de Referência LGBT”; ambas rejeitadas.
- Realizamos uma reunião pública para debater sobre a insegurança e a censura dos corpos LGBTTT no Recife, com aproximação entre os segmentos LGBT e antiproibicionista a partir das opressões que lhes são comuns.
- Fortalecemos iniciativas de ONGs, Instituições e Movimentos de luta pelos Direitos da população LGBTTT, como a Semana Maria Clara de Di-

reitos Humanos e Cidadania, para debater a situação das pessoas LGBTTT que estão encarceradas nos presídios de Pernambuco, em parceria com o GTP+, Mães Pela Diversidade, Ser Coletivo Diversidade de Gênero e Sexualidade, Juventude Anticapitalista (Rua), Movimento Negro Unificado, Núcleo de Cidadania Homossexual da UFPE, LGBT de Terreiro, Associação dos Homens Trans & Transmasculinidade, Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros e Universidade de Pernambuco.

- Valorizamos pessoas, iniciativas e articulações em defesa do Direito da população LGBTTT, com Voto de Aplauso ao Programa Zona Multicor da TVU, pela atuação na desconstrução de LGBTTTfobias e outros preconceitos.
- Produzimos e publicizamos conteúdos sobre direitos da população LGBTTT, como o vídeo da Parada da Diversidade do Recife 2018; o vídeo celebrando a diversidade e o respeito no Dia da Visibilidade Trans; e a série de cards sobre Saúde e Visibilidade Lésbica.



A woman with glasses and a headscarf is speaking into a microphone. She is wearing a white lace top and a colorful beaded necklace. Her right hand is raised in a gesture. In the background, there are blurred screens displaying text in red and white.

8 DIREITOS DA POPULAÇÃO NEGRA

8. Direitos da População Negra



Assim como na pauta feminista, as definições e encaminhamentos que dizem respeito às políticas para a população negras são protagonizadas por um espaço autônomo de construção que é o Coletivo de Negritude, formado pelas pessoas negras que integram o mandato.

Durante o ano, pudemos identificar um série de indicadores, coletados a partir da fiscalização e monitoramento dos serviços públicos oferecidos pela gestão municipal, que são qualificadas como práticas de racismo institucional.

Trabalhamos, com mais intensidade, denúncias deste tipo de conduta na saúde, tendo o índice de mortalidade materna de mulheres negras em principal destaque, e ampliamos as vozes dos movimentos que estão na luta contra o racismo religioso.

- Realizamos Sessão Solene para demarcar o “Dia Municipal de Combate ao Encarceramento da Juventude Negra”;
- Realizamos Sessão Solene em homenagem ao Dia Mundial contra a Discriminação Racial, que denunciou o racismo religioso;
- Fiscalizamos a situação de racismo institucional relacionado à violência obstétrica e a mortalidade materna;
- Realizamos Audiência Pública sobre mortalidade materna no Recife, uma ação da programação do Novembro Negro em 2018.
- Apresentamos emenda à Lei Orçamentária Anual - LOA 2019, destinando recursos para “Fortalecer e Consolidar e Programa de Combate ao Racismo Institucional no Município”, rejeitada pela comissão de finanças.

- Produzimos a publicação NEGRITO sobre “Racismo e Liberdade Religiosa”, em parceria com o Coletivo de Juristas Negras, Conselho Político do Mandato, Tenda de Umbanda e Caridade Caboclo Flecheiro, Cabelação, União dos Afoxés de Pernambuco, Afoxé Alafin Oyó e o Terreiro Ilê Orixalá Talabi.

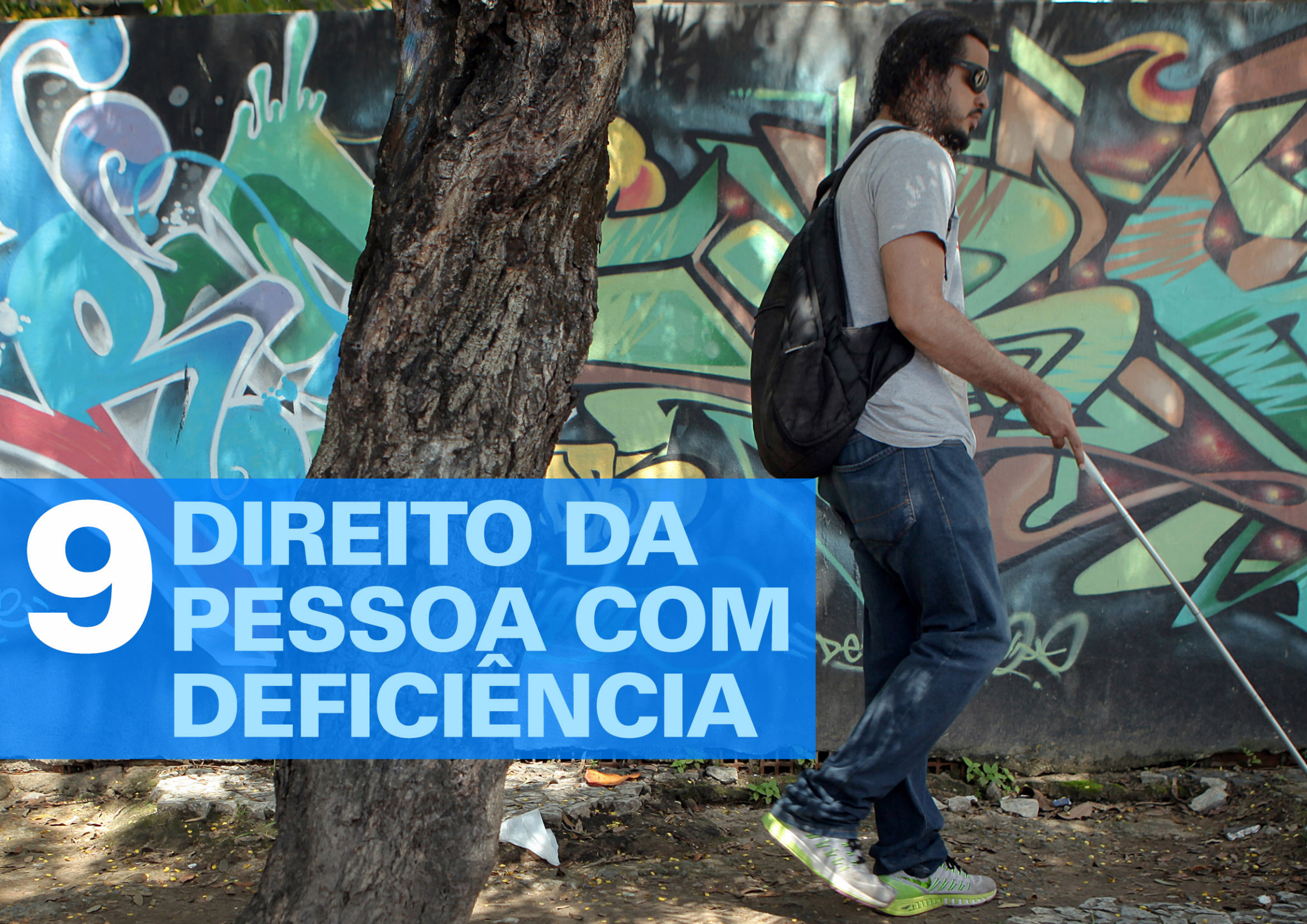
- Produzimos uma segunda edição do NEGRITO sobre “Genocídio da Juventude Negra”, com dados do Atlas da Violência 2018, junto com o Conselho Político do Mandato, Coletivo Afronte, Enegrescer, Cores do Amanhã, Círculo Palmarino, FOJUNEPE, Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas/PE, Centro de Comunicação e Juventude;



8. Direitos da População Negra

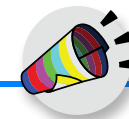


- Fortalecemos iniciativas de ONGs, Instituições e Movimentos de luta pelos Direitos da População Negra, como a Roda de Diálogo promovida pelo Grupo de Trabalho Comunicadoras e Comunicadores do Bode sobre Genocídio da Juventude Negra, na Ocupação Sítio dos Pescadores; a V Semana de Consciência Negra da Faculdade de Direito do Recife; a formação da Rede de Juristas Negras em um Terreiro em Paulista; a Roda de diálogo "Alto Estrelado" sobre ação cultural e participação política, a convite da Roça Oxaguiã Oxum Ipondá e do Maracatu Estrela Brilhante do Recife.
- Produzimos e publicizamos conteúdos sobre direitos da população Negra, combate e denúncias de Racismo, como a série de posts cobrando justiça para Mário Andrade, caso emblemático de jovem negro assassinado no Recife; veiculação de posts mensais demarcando o assassinato de Marielle Franco e cobrando justiça.
- Valorizamos pessoas, iniciativas e articulações em defesa dos Direitos da População Negra, como os posts em homenagem a Ciani Neves; e a edição do programa Bora queridagem! com entrevista com o militante negro João Pedro Simões.



9 DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

9. Direitos da Pessoa com Deficiência



A luta pela acessibilidade universal foi abraçada pelo mandato desde sempre. Em 2018 intensificamos o diálogo com diversas esferas da gestão municipal, para que garantam a acessibilidade em todos os serviços prestados à sociedade, com especial ênfase nos serviços, de saúde e educação.

A falta de representatividade do segmento entre servidoras e servidores públicos, bem como a escassez de formação sobre acessibilidade das equipes que trabalham com atendimento ao público são apontados como fatores que criam barreiras comunicacionais, físicas e atitudinais e, conseqüentemente, excluem a população com deficiência do acesso a serviços públicos e gozo pleno de direitos.

- Aprovamos projeto de lei que garante a presença de intérpretes de LIBRAS nas escolas de condução de veículos do Recife. (Projeto vetado pelo Prefeito Geraldo Julio por já haver lei estadual que regulamenta a obrigatoriedade)
- Elaboramos dois pareceres na Comissão de Direitos Humanos, favoráveis aos Projetos de Lei que dispõem sobre “Atendimento diferenciado para visitação de pessoas com deficiência em espaços culturais” e “Vagas para pessoas com deficiência menores de 24 anos nos contratos de aprendizagem dos órgãos municipais.
- Demandamos ações e pedimos Informações ao Prefeito sobre acessibilidade arquitetônica nas calçadas, no tráfego de rua, nas escolas; sobre acessibilidade comunicacional na publicidade municipal e nas metodologias educacionais; e implementação de Carteiras de Identificação para as pessoas portadoras do TEA (Transtorno do Espectro Autista).



- Apresentamos emendas à Lei Orçamentária Anual - LOA 2019, destinando recursos para tornar acessível a Escola Municipal de Arte João Pernambuco; capacitar servidores(as) para atendimento em LIBRAS, fruto de oficina com pessoas surdas; ampliar a oferta de Agentes de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (ADEE) nas escolas. Apenas a primeira foi aprovada.
- Fiscalizamos a execução da política de acessibilidade da Câmara Municipal, com incidência junto à Presidência, Secretaria e Comissão de Licitação para dar maior celeridade à contratação de intérpretes de libras;
- Fiscalizamos a acessibilidade nas escutas públicas e nos materiais sobre a Revisão do Plano Diretor, cobrando ausência de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais; denunciando através de vídeo a não inclusão das pessoas com deficiência; garantindo parte dos documentos disponibilizados em Braille.

9. Direitos da Pessoa com Deficiência



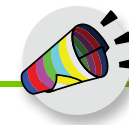
- Fortalecemos o engajamento de pessoas com deficiência nas atividades da Revisão do Plano Diretor, com realização de oficinas com segmento surdo e com pessoas cegas, esta última com o uso de mapas táteis elaborados pelo mandato.
- Promovemos debates e formações sobre direitos das pessoas com deficiência, com realização, na Câmara, de Reunião Pública sobre Acessibilidade Atitudinal, construída com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Comud; Sessão Solene em homenagem ao Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS; debate sobre acessibilidade comunicacional com profissionais da Empresa Municipal de Informática (EMPREL); Audiência Pública Externa, no Instituto Antônio Pessoa de Queiroz (Instituto dos Cegos), relativa ao “Dia nacional de luta da pessoa com deficiência”.
- Fortalecemos iniciativas de ONGs, Instituições e Movimentos de luta pelos Direitos das Pessoas com Deficiência, como a Passeata do Dia Nacional do Surdo; a entrega de pauta de reivindicações dos movimentos surdos à Prefeitura para melhoria das escolas bilíngues da Rede Municipal; o Seminário sobre Educação Bilíngue, contribuindo com palestra sobre acessibilidade comunicacional.
- Produzimos e publicizamos conteúdos sobre direitos das pessoas com deficiência, como o vídeo com personagens com deficiência para a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência; posts sobre metodologias comunicacionais acessíveis; vídeo de cobertura da Reunião Pública do Mandato sobre o tema.





10 FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

10. Fiscalização do Orçamento Municipal



A fiscalização do orçamento municipal teve especial destaque em 2018. Além de seguirmos com o trabalho constante, iniciado em 2017, de incidência política em todo o processo de elaboração das leis orçamentárias, junto a diversos segmentos da sociedade; e de fiscalização e leitura crítica constante da execução orçamentária realizada pela gestão; fizemos uso ostensivo dessa fiscalização para qualificar as críticas à Prefeitura do Recife em relação às escolhas de políticas prioritárias para a cidade.

Esse eixo da nossa atuação consolida-se, cada vez mais, como finalidade, uma vez que a incidência no orçamento é um direito de toda a população, e como estratégia do mandato da gente, uma vez que utilizado para fundamentar e negritar práticas pouco democráticas da gestão, tomam decisões discricionária, sem dialogar com a população e que, na maioria das vezes, beneficiam uma parcela reduzida da cidade.

- Fiscalizamos a gestão orçamentária e a execução financeira de 2018 das políticas priorizadas pelo Mandato, sistematicamente, com monitoramento dos decretos de suplementação orçamentária, publicações sobre contratações e lançamento de gastos, no Diário Oficial e Portal da Transparência; participando das Audiências Públicas de Prestação de Contas da Prefeitura; e com reuniões com as secretarias de Educação, Saúde e Cultura, Fundação de Cultura e CTTU, responsáveis pela execução das emendas do Mandato.

- Diagnosticamos as disparidades de previsão e execução orçamentárias entre diferentes Programas e Políticas, com análises comparativas que possibilitaram construir a narrativa do #MitoDoBomGestor, mostrando as incoerências nos gastos da Prefeitura que desconstróem o mito da eficiência administrativa da gestão do Prefeito Geraldo Júlio.

- Protocolamos representação junto ao Ministério Público de Pernambuco, com três organizações da sociedade civil, denunciando a não publicação, por parte da Prefeitura, dos nomes e pagamentos dos fornecedores de serviços e veículos de publicidade, determinada pela Lei 12232/2010.

- Subsidiámos com dados e informações orçamentárias o Procedimento Administrativo do Ministério Público de Pernambuco que fiscaliza a política municipal de atendimento à população em situação de rua.

- Apresentamos 28 emendas à LOA 2019 e oito à Revisão do PPA 2018-2021, a partir de oficinas com representantes dos segmentos da Dança, População Surda, Comunicadores(as) Populares, Mulheres e Negros(as), com a Comissão de Fiscalização das obras do Teatro do Parque, o Conselho Escolar da Escola João Pernambuco e com lideranças do Arruda, Peixinhos e Ibura, mobilizadas em torno dos direitos da Primeira Infância.

- Denunciamos, durante as Audiências Públicas e Reuniões da Comissão de Finanças e Orçamento, as artimanhas da Prefeitura para impossibilitar emendas parlamentares, criar estoque de créditos e facilitar a transferência de orçamento entre ações.

- Produzimos vídeo educativo, em formato de animação, sobre a importância da participação popular no Orçamento Público Municipal, em formato de animação, numa linguagem acessível e capaz de introduzir noções sobre o que é o orçamento público, LOA, PPA, os canais e espaços de participação e controle pela população.



COM RESISTÊNCIA E AMOR. QUE VENHA 2019!

O mandato da gente é cheio de princípios orientadores. Sem eles não podemos e nem sabemos trabalhar.

A horizontalidade nos permite acessar diversas perspectivas e faz com que todo o processo de tomada de decisões do mandato ocorra de forma mais plural e diversa.

Na prática, isso funciona à base de muito, muito diálogo. A gente conversa muito entre nós. Na própria Equipa, em espaços de construção política interna, seja nas frequentes reuniões gerais ou mesmo na Setorial de Mulheres e no Coletivo de Negritude, que pautam de forma autônoma as lutas desses segmentos; com o nosso Conselho Político, formado por representantes de entidades da sociedade civil, do PSOL e militantes de direitos humanos da nossa cidade; e com a população e as organizações que chegam junto da gente para participar da política.

Dialogar é verbo de ação. Demanda tempo, trabalho, disponibilidade e transparência de todas as partes. São muitas as formas que utilizamos para deixar o mandato mais acessível, em todos os sentidos. Prestamos contas de tudo o que fazemos nas redes sociais, nas ruas e na Câmara Municipal. Com igual responsabilidade, compartilhamos o que fazemos, o que conquistamos e pelo que lutamos, nos

ônibus, em “ao Vivos” no Facebook e nas falas na Tribuna. Em todas as nossas comunicações, assumimos o compromisso de utilizar linguagem simples e acessível. Tradução em Libras e uso de imagens descritas, por exemplo, são obrigações da nossa prática cotidiana.

Atuar com transparência absoluta não nos vulnerabiliza. Pelo contrário, nos protege. Todo mundo que chega junto, para contribuir, solicitar algo, ou mesmo para apresentar uma crítica ou sugestão, já sabe perfeitamente de que lado estamos, que somos do campo da esquerda, socialistas e quais condutas defendemos. Quanto mais gente sabendo como atuamos e o que fazemos, mais retornos temos sobre o nosso trabalho. E a gente quer, cada vez mais, que mais gente chegue junto!

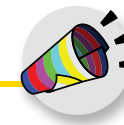
Fazer política sem vergonha de defender o que acreditamos, sem pudor de lutar por um estado laico, garantidor de direitos, transparente, radicalmente democrático e comprometido em acabar com injustiças sociais, preconceitos e violências de toda natureza, faz parte do nosso cotidiano.

Promover e defender os Direitos Humanos e as pessoas que lutam por eles, bem como ampliar suas vozes, são nossas bandeiras de frente. É assim que vamos aprendendo e qualificando nossa ação.

RECURSOS DO GABINETE

A gente sempre torna público, de forma acessível e compreensível, tudo o que faz e todos os recursos que dispomos. Além da verba indenizatória, que mantém o funcionamento das atividades de escritório, dos recursos para telefonia e correios, todo mandato municipal no Recife dispõe de cartão alimentação e subsídio de combustível (ambos formalmente de uso exclusivo do parlamentar, sem a necessidade da prestação de contas). No nosso mandato, a gente utiliza esses cartões como instrumentos para o fortalecimento de atividades que construímos de mãos dadas com as organizações da sociedade civil. São utilizados para garantir a realização de eventos, debates, encontros e afins.

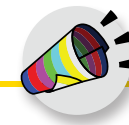
Em 2018, foram 86 iniciativas nas áreas de Negritude, Movimento estudantil e juventude, Saúde Mental, Comunicação, Feminismo, Direito à Cultura, Transporte e Mobilidade, Direitos LGBTTI, Direito à Moradia, Educação, Direitos Urbanos, Acessibilidade, Antiproibicionismo e Direito à Infância, entre outros.



RECURSOS DISPONÍVEIS	VALOR / MÊS
Cartão Combustível	R\$ 2.300,00
Verba Indenizatória	R\$ 4.600,00
Cartão Alimentação	R\$ 3.095,86
Correios e Telefone	R\$ 2.100,00
Total disponível/mês	R\$ 12.095,86



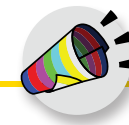
MÊS	SALDO MÊS ANTERIOR	CRÉDITO	SALDO MÊS	GASTO
Janeiro	R\$ 3.216,00	R\$ 2.300	R\$ 5.516	R\$ 1.195,10
Fevereiro	R\$ 4.321,29	R\$ 2.300	R\$ 6.621,29	R\$ 1.892,05
Março	R\$ 4.729,24	R\$ 4.600	R\$ 9.329,24	R\$ 2.927,66
Abril	R\$ 6.401,58	R\$ 0	R\$ 6.401,58	R\$ 2.256,20
Maio	R\$ 4.145,38	R\$ 0	R\$ 4.145,38	R\$ 249,68
Junho	R\$ 3.895,70	R\$ 2.300	R\$ 6.195,70	R\$ 4.059,53
Julho	R\$ 2.136,17	R\$ 2.300,00	R\$ 4.436,17	R\$ 2.524,80
Agosto	R\$ 1.911,37	R\$ 4.600,00	R\$ 6.511,37	R\$ 3.819,23
Setembro	R\$ 2.692,14	R\$ 0,00	R\$ 2.629,14	R\$ 2.259,89
Outubro	R\$ 369,25	R\$ 2.300,00	R\$ 2.669,25	R\$ 1.677,13
				Saldo atual R\$ 2.136,17



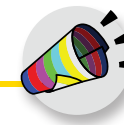
MÊS	DESCRIÇÃO	VALOR
Janeiro	Aluguel + Condomínio do Escritório	R\$ 1.973,06
	Conta de Energia	R\$ 426,99
	Telefone + Internet	R\$ 1.281,66
	Material de Consumo e de Escritório	R\$ 178,95
	Sub-Total Janeiro	R\$ 3.860,66
Fevereiro	Aluguel + Condomínio do Escritório	R\$ 2.059,84
	Conta de Energia	R\$ 466,12
	Telefone + Internet	R\$ 1.365,67
	Material de Consumo e de Escritório	R\$ 176,89
	Sub-Total Fevereiro	R\$ 4.068,52
Março	Aluguel + Condomínio do Escritório	R\$ 2.064,66
	Conta de Energia	R\$ 464,59
	Telefone + Internet	R\$ 1.361,75
	Material de Consumo e de Escritório	R\$ 211,76
	Serviços Gráficos	R\$ 250,00
	Sub-Total Março	R\$ 4.352,76



MÊS	DESCRIÇÃO	VALOR
Abril	Aluguel + Condomínio do Escritório	R\$ 2.312,66
	Conta de Energia	R\$ 561,52
	Telefone + Internet	R\$ 1.399,31
	Sub-Total Abril	R\$ 4.273,49
Maio	Aluguel + Condomínio do Escritório	R\$ 2.059,84
	Conta de Energia	R\$ 540,75
	Telefone + Internet	R\$ 1.408,14
	Material de Consumo e de Escritório	R\$ 19,90
	Sub-Total Maio	R\$ 4.028,63
Junho	Aluguel + Condomínio do Escritório	R\$ 2.059,84
	Conta de Energia	R\$ 541,61
	Telefone + Internet	R\$ 1.021,91
	Sub-Total Junho	R\$ 3.692,66



MÊS	DESCRIÇÃO	VALOR
Julho	Aluguel + Condomínio do Escritório	R\$ 2.089,06
	Conta de Energia	R\$ 434,11
	Telefone + Internet	R\$ 644,99
	Material de Consumo e de Escritório	R\$ 44,00
	Sub-Total Julho	R\$ 3.212,16
Agosto	Aluguel + Condomínio do Escritório	R\$ 2.089,06
	Conta de Energia	R\$ 381,62
	Telefone + Internet	R\$ 1.651,47
	Material de Consumo e de Escritório	R\$ 48,50
	Sub-Total Agosto	R\$ 4.170,65
Setembro	Aluguel + Condomínio do Escritório	R\$ 2.089,06
	Conta de Energia	R\$ 558,00
	Telefone + Internet	R\$ 1.036,53
	Material de Consumo e de Escritório	R\$ 103,60
	Sub-Total Setembro	R\$ 3.787,19
Outubro	Aluguel + Condomínio do Escritório	R\$ 2.093,88
	Telefone + Internet	R\$ 862,87
	Material de Consumo e de Escritório	R\$ 903,00
	Sub-Total Outubro	R\$ 3.859,75



JANEIRO

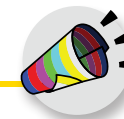
Saldo do mês anterior	R\$ 0,00
Crédito de Janeiro	R\$ 3.095,86
Saldo + Crédito	R\$ 3.095,86

• Refeições do Vereador	R\$ 25,18
• Gastos com atividades de Planejamento do Mandato, com o Conselho Político e parcerias com Coletivo estudantil Muda; Segmentos da luta pela Saúde mental; Grupo de comunicação Vila Monarca; Promotoras populares – Mulher Maravilha; Virada do Parque; Eu Acho é Caro - RAMO; Coco do Coque; AHTM	R\$ 2.955,32

FEVEREIRO

Saldo do mês anterior	R\$ 115,36
Crédito de Fevereiro	R\$ 3.095,86
Saldo + Crédito	R\$ 3.211,22

• Refeições do Vereador	R\$ 74,09
• Gastos com Atividades de Planejamento e do Mandato, com Conselho Político e parcerias com Promotoras populares – Grupo Mulher Maravilha; Agora é Com a Gente; Ocupação Carolina de Jesus - MTST.	R\$ 1.391,35



MARÇO

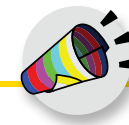
Saldo do mês anterior	R\$ 1.745,78
Crédito de Março	R\$ 3.095,86
Saldo + Crédito	R\$ 4.841,64

• Refeições do Vereador	R\$ 163,02
• Gastos com Atividades de Planejamento e do Mandato, com Conselho Político e parcerias com Marcha das mulheres; Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde; Assentamento Carolina de Jesus e Ocupação Marielle Franco– MTST; Segmentos da luta contra o racismo e intolerância religiosa; segmentos da luta pelos direitos LGBT; Grupo mulher Maravilha; Grupo de Teatro Teamu	R\$ 2.295,34

ABRIL

Saldo do mês anterior	R\$ 2.383,28
Crédito de Abril	R\$ 3.095,86
Saldo + Crédito	R\$ 5.479,14

• Refeições do Vereador	R\$ 340,74
• Gastos com Atividades de Planejamento e do Mandato, com Conselho Político e parcerias com Segmentos da luta pelo direito à educação; Cores do amanhã; Vamos - Frente Povo Sem Medo; Segmentos interessados em dialogar sobre o Plano de Ordenamento Territorial; Grupo Mulher Maravilha; Segmentos da luta por acessibilidade para a população surda; Segmentos da luta pela Moradia e pelo Direito à Cidade; Grupo de dança da Comunidade do Ibura	R\$ 3.072,56



MAIO

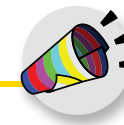
Saldo do mês anterior	R\$ 2.045,84
Crédito de Maio	R\$ 3.095,86
Saldo + Crédito	R\$ 5.141,7

• Refeições do Vereador	R\$ 75,06
• Gastos com atividades de Planejamento do Mandato, com o Conselho Político e parcerias com Ocupação Nova Cassoti; Grupo Mulher Maravilha ; -GTP+; Fojupe; Ocupação Marielle Franco- MTST; Vamos - Frente Povo Sem Medo; Associação Brasileira de Cannabis e Saúde; Associação Canábica de Pernambuco; segmentos da luta antiproibicionista; segmentos dos direitos da população LGBTT.	R\$ 2.554,01

JUNHO

Saldo do mês anterior	R\$ 2.512,63
Crédito de Junho	R\$ 3.095,86
Saldo + Crédito	R\$ 5.608,49

• Refeições do Vereador	R\$ 0,00
• Gastos com Atividades de Planejamento e do Mandato, com Conselho Político e parcerias com Conselho Político do Mandato; Segmentos da luta pelo uso medicinal da Cannabis; segmentos da luta pela moradia; Cores do Amanhã; Grupo Mulher Maravilha; Movimento Cultura dol Bingo Pilar; Virada Cultural da várzea; São João do Teatro do Parque -Virada Parque; Juventude negra da Comunidade do Bode; segmentos da luta contra o encarceramento da juventude negra	R\$ 2.806,43



JULHO

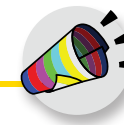
Saldo do mês anterior	R\$ 2.802,06
Crédito de Junho	R\$ 3.095,86
Saldo + Crédito	R\$ 5.897,92

• Refeições do Vereador	R\$ 1.238,24
• Gastos com Atividades de Planejamento e do Mandato, com Conselho Político e parcerias com Maracatu estrela Brilhante; Grupo mulher Maravilha e Copa das Resistências	R\$ 2.760,81

AGOSTO

Saldo do mês anterior	R\$ 1.898,87
Crédito de Agosto	R\$ 3.095,86
Saldo + Crédito	R\$ 4.994,73

• Refeições do Vereador	R\$ 209,98
• Gastos com Atividades de Planejamento e do Mandato, com Conselho Político e parcerias com Frente de Luta Pelo Transporte Público e Prestação de contas do mandato, Encontro Fojupe, GTP +, Oficina Acessibilidade	R\$ 3.165,29



SETEMBRO

Saldo do mês anterior	R\$ 1.619,46
Crédito de Junho	R\$ 3.095,86
Saldo + Crédito	R\$ 855,95
<hr/>	
• Refeições do Vereador	R\$ 855,95
• Gastos com Atividades de Planejamento e do Mandato, com Conselho Político	R\$ 2.209,98
<hr/>	

OUTUBRO

Saldo do mês anterior	R\$ 1.649,39
Crédito de Agosto	R\$ 3.095,86
Saldo + Crédito	R\$ 4.745,25
<hr/>	
• Refeições do Vereador	R\$ 0,00
• Gastos com Atividades de Planejamento e do Mandato, com Conselho Político e parcerias com Dia das crianças Xambá; Oficina de culinária na Varzea ; Oficina sobre leis orçamentárias para a população surda; Caminhada contra o racismo; Encontro de mulheres no Cores do Amanhã; e Reunião comunicadores.	R\$ 2.501,01
<hr/>	

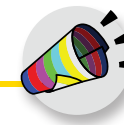


NOVEMBRO

Saldo do mês anterior	R\$ 2.224,24
Crédito de Agosto	R\$ 3.095,86
Saldo + Crédito	R\$ 5.320,10

- | | |
|---|--------------|
| • Refeições do Vereador | R\$ 899,24 |
| • Gastos com Atividades de Planejamento e do Mandato, com Conselho Político e parcerias com Encontro Juristas negras; Grupo Mulher Maravilha; Reunião pública Canal Guarulhos; Sonora Festival internacional de compositoras; Reunião setorial de mulheres; Encontro de mães Ranúsia Alves; Audiência pública Maternidades; Apoio ao MUST | R\$ 1.481,35 |

SALDO ATUAL
R\$ 2.939,51




MÊS	SALDO MÊS ANTERIOR	CRÉDITO	SALDO MÊS	GASTO
Janeiro	R\$0	R\$ 2.100	R\$ 2.100	Telefone: R\$836,87 + Correio: R\$0 = R\$836,87
Fevereiro	R\$1.263,13	R\$ 2.100	R\$ 3.363,13	Telefone: R\$708,28 + Correio: R\$471,45 = R\$1.179,73
Março	R\$2.183,4	R\$ 2.100	R\$ 4.283,4	Telefone: R\$803,06 + Correio: R\$175,25 = R\$978,31
Abril	R\$3.305,09	R\$ 2.100	R\$ 5.405,09	Telefone: R\$947,41 + Correio: R\$5,55 = R\$952,96
Maio	R\$4.452,13	R\$ 2.100	R\$ 6.552,13	Telefone: R\$958,10 + Correio: R\$0 = R\$958,10
Junho	R\$5.594,03	R\$ 2.100	R\$ 7.694,03	Telefone: R\$973,54 + Correio: R\$0 = R\$973,54
Julho	R\$ 0,00	R\$ 2.100	R\$ 2.100,00	Telefone: R\$1.009,23 + Correio: R\$0 = R\$1.009,23
Agosto	R\$ 1.090,77	R\$ 2.100	R\$ 3.190,77	Telefone: R\$1.122,19 + Correio: R\$0 = R\$1.122,19
Setembro	R\$ 2.068,58	R\$ 2.100	R\$ 4.168,58	Telefone: R\$1.129,31 + Correio: R\$0 = R\$1.129,31
Outubro	R\$ 3.039,27	R\$ 2.100	R\$ 5.139,27	Telefone: R\$ 992,19 + Correio: R\$0 = R\$992,19
Novembro	R\$ 4.147,08	R\$ 2.100	R\$ 6.247,08	Telefone: R\$ 59,90 + Correio: R\$0 = R\$59,90
				Saldo atual R\$ 6.187,18




 /ivanmoraesoficial


 ivanmoraes@recife.pe.leg.br

 Telefone: (81) 3301.1216

 Câmara Municipal do Recife
Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife
Gabinete 34

 (81) 9.8234.5004

 @ivanmoraesfilho

 bora queridagem

 /ivanmoraesoficial

 @ivanmoraesfilho